



INSTITUTO FEDERAL
Santa Catarina

CADERNO DE QUESTÕES

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 02/2026

—— Cargos de Técnicos Administrativos em Educação - TAEs ——

CARGO

ENGENHEIRO CIVIL

Código: 06

MATÉRIA

QUESTÕES

Língua Portuguesa

01 a 05

Raciocínio Lógico

06 a 10

Informática

11 a 13

Legislação e Contexto Histórico da Educação Profissional, Científica e Tecnológica

14 a 20

Conhecimentos Específicos / Conforme o cargo

21 a 50

ATENÇÃO

Transcreva, no espaço apropriado da sua GRADE DE RESPOSTAS (Folha Óptica), com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Ler é cultivar o saber.

Nome do Candidato: _____

Inscrição nº: _____

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA A REPRODUÇÃO, AINDA QUE PARCIAL, SEM A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA FAURGS.



FAURGS
Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul



INSTRUÇÕES

- 1 Após o recebimento dos materiais, é de responsabilidade da pessoa candidata conferir seus dados pessoais, especialmente nome, documento de identificação e área de inscrição, comunicando imediatamente ao fiscal qualquer divergência identificada.
- 2 Esta PROVA consta de **50** (cinquenta) questões objetivas.
- 3 Caso o CADERNO DE QUESTÕES esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 4 As respostas da Prova Objetiva deverão ser assinaladas na Grade de Respostas mediante o preenchimento integral da elipse correspondente à alternativa escolhida, com caneta esferográfica de ponta grossa e tinta azul ou preta, conforme orientação constante na referida grade.
- 5 **A pessoa candidata que comparecer para realizar a prova não deverá, sob pena de ser excluída do certame, portar relógios, armas, malas, livros, máquinas calculadoras, fones de ouvido, gravadores, pagers, notebooks, telefones celulares, pen drives ou quaisquer outros tipos de aparelhos eletrônicos, nem utilizar véus, bonés, chapéus, gorros, mantas, lenços, aparelhos/próteses auditivas, óculos escuros, ou qualquer outro adereço que lhe cubra a cabeça, o pescoço, os olhos, os ouvidos ou parte do rosto, exceto quando sua utilização for previamente autorizada pela Comissão do Concurso, em razão de atendimento especial deferido, ou nas hipóteses previstas em lei.** (conforme subitem 6.5 do Edital de Abertura)
- 6 Após o início da prova, a pessoa candidata deverá permanecer em silêncio, não podendo realizar consultas, comunicar-se com outras pessoas candidatas ou utilizar qualquer recurso não autorizado. (conforme subitem 6.14 do Edital de Abertura)
- 7 Durante a realização das Provas Objetiva, **a pessoa candidata poderá manter sobre a mesa apenas caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente**, e alimentos acondicionados em embalagem transparente. As garrafas deverão permanecer abaixo da mesa. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, grafite, marca-texto, borracha ou corretivo. (conforme subitem 7.5 do Edital de Abertura)
- 8 Preencha com cuidado a Grade de Respostas, evitando rasuras. Eventuais marcas feitas nessa Grade de Respostas a partir do número **51** serão desconsideradas.
- 9 Ao terminar a prova, entregue a Grade de Respostas ao Fiscal da sala.
- 10 A pessoa candidata deverá observar os seguintes tempos e condições:
 - a) **terá 4 (quatro) horas** para realizar as Provas Objetiva, incluindo o preenchimento da Grade de Respostas;
 - b) deverá permanecer no local de prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da aplicação;
 - c) poderá levar o CADERNO DE QUESTÕES somente **após 2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos** do início da prova.
- 11 Ao término da prova, a pessoa candidata deverá entregar ao Fiscal de Sala a Grade de Respostas, devidamente preenchidas e assinadas, sendo esses os únicos documentos válidos para correção. O preenchimento desses documentos é de sua inteira responsabilidade e deverá observar as instruções contidas no Edital de Abertura e no caderno de provas. A não entrega desses documentos implicará a eliminação do certame. (conforme subitem 7.9 do Edital de Abertura)
- 12 O descumprimento das instruções deste caderno ou das normas do Edital de Abertura poderá implicar a anulação da prova da pessoa candidata.



Instrução: As questões 01 a 05 referem-se ao texto abaixo.

PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE

01. Os agentes públicos, ante a aplicação _____ teoria
02. do órgão (ou da imputação volitiva), atuam represen-
03. tando a Administração Pública, vale dizer, a vontade do
04. agente público se confunde com a do Estado, poder-
05. dever conferido _____ ele pelo ordenamento jurídico.

06. Não se trata, portanto, de uma relação de mandato,
07. haja vista a impossibilidade de o Estado manifestar sua
08. vontade senão pela atuação do próprio agente público.
09. Não se trata, de igual modo, de uma relação de repre-
10. sentação, uma vez que o Estado é sujeito de direito, ou
11. seja, pessoa jurídica de direito público interno, dotada
12. de personalidade jurídica, capaz de responder _____
13. danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a
14. terceiros, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição
15. Federal de 1988.

16. Se o agente público apresenta a Administração
17. Pública, é evidente que sua atuação deve estar alinhada
18. com o princípio fundamental republicano (art. 1º da
19. Constituição Federal de 1988), no qual a Administração
20. Pública deve servir à sociedade, em detrimento de uma
21. Administração Patrimonial, em que os cargos públicos
22. são tidos como "propriedade" do soberano, e, conse-
23. quentemente, os agentes públicos agem para garantir
24. a proteção e os interesses desse soberano e dos seus
25. "apadrinhados", e não o interesse público.

26. Servir à *res publica*, assim, significa atuar de modo
27. impessoal, sem preferências, favoritismos, corporati-
28. vismos, mas também sem perseguições, sectarismos,
29. acossamentos.

30. A expressão "imparcialidade" representa o antônimo
31. da expressão "parcialidade". Ser parcial significa possuir
32. um interesse específico, logo, quem é parcial, natural-
33. mente terá a tendência a proteger o seu interesse. O
34. próprio conceito de "parte", para fins processuais,
35. indica se tratar de um sujeito parcial, uma vez que
36. possui interesse específico que a decisão lhe seja favo-
37. rável.

38. O agente público, principalmente aquele dotado de
39. poder de decisão, não pode agir visando a proteger seus
40. interesses pessoais ou mesmo dos administrados; ao
41. revés, deve estar interessado, apenas, em aplicar o
42. ordenamento jurídico e prestar um bom serviço público.

43. É importante destacar que a imparcialidade não se
44. confunde com a neutralidade. Ser neutro significa
45. distanciar-se absolutamente do objeto de análise,
46. evitando levar em consideração as experiências de
47. vida, as memórias, _____ é uma utopia.

Adaptado de: PAULA, E. L. N. de. Reforma Administrativa: novos princípios da Administração Pública. Revista do TCU, n. 146, 2020, p. 38-40. Disponível em: <<https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/issue/view/91>>. Acesso em: 07 jul. 2026.

01. Assinale a alternativa que preenche adequadamente as lacunas das linhas 01, 05, 12 e 47, nesta ordem.

- (A) da – à – aos – de que
- (B) da – a – pelos – em que
- (C) da – a – pelos – o que
- (D) de – à – aos – o que
- (E) de – à – pelos – no que

02. Abaixo são feitas algumas afirmações acerca de ideias veiculadas pelo texto.

- I - Segundo o texto, com base na teoria do órgão, a vontade do agente público, quando atua nessa qualidade, confunde-se com a vontade do Estado.
- II - Segundo o texto, a imparcialidade exige que o agente público se afaste completamente de suas experiências de vida e de suas memórias ao tomar decisões.
- III- Segundo o texto, servir à *res publica* implica atuar em prol de favoritismos, corporativismos, perseguições ou sectarismos.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

03. Considere as afirmações abaixo a respeito dos tempos e modos verbais utilizados no texto.

- I - Os verbos **atuam** (l. 02) e **se confunde** (l. 04), empregados no primeiro parágrafo, estão conjugados no presente do indicativo.
- II - As formas verbais **causarem** (l. 13) e **seja** (l. 36) estão conjugadas no mesmo tempo e modo verbal.
- III- A forma verbal **terá** (l. 33) está conjugada no futuro do presente do indicativo.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

- 04.** No bloco superior abaixo, estão palavras retiradas do texto; no inferior, descrições relacionadas à formação de palavras.
Associe corretamente o bloco inferior ao superior.

() **poder-dever** (l. 04-05)
() **imparcialidade** (l. 30)
() **ordenamento** (l. 42)
() **absolutamente** (l. 45)

- (1) Constituída por composição por justaposição, sem alteração significativa dos elementos formadores.
(2) Constituída por prefixo com sentido de negação e por sufixo formador de substantivo abstrato a partir de adjetivo.
(3) Constituída por sufixo formador de substantivo a partir de verbo.
(4) Constituída por sufixo formador de advérbio a partir de adjetivo.
(5) Constituída por composição por aglutinação, com alteração fonética de um dos elementos formadores.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

(A) 1 – 3 – 2 – 4.
(B) 1 – 2 – 3 – 4.
(C) 5 – 2 – 3 – 4.
(D) 1 – 2 – 4 – 3.
(E) 5 – 3 – 2 – 1.

- 05.** Se a expressão **O agente público** (l. 38), no penúltimo parágrafo do texto, fosse substituída por **Os agentes públicos**, quantas outras alterações seriam necessárias, para fins de concordância, até o final desse parágrafo?

(A) Uma.
(B) Duas.
(C) Três.
(D) Quatro.
(E) Cinco.

- 06.** Para garantir que, em uma sala de aula, haja pelo menos duas pessoas que aniversariam no mesmo mês do ano de 2027, é condição necessária que nesta sala existam, no mínimo,

(A) 12 pessoas.
(B) 13 pessoas.
(C) 24 pessoas.
(D) 25 pessoas.
(E) 26 pessoas.

- 07.** Considere a afirmação abaixo.

Andrade é escritor ou Cecília é estudante.

A negação lógica para a afirmação é

(A) Andrade não é escritor ou Cecília não é estudante.
(B) Andrade é estudante ou Cecília é escritora.
(C) Andrade não é escritor e Cecília não é estudante.
(D) Se Andrade não é escritor, então Cecília é estudante.
(E) Se Andrade é escritor, então Cecília é estudante.

- 08.** Abaixo são apresentados os quatro primeiros termos de uma sequência numérica que possui um padrão de construção.
10, 18, 28, 40, ...

Utilizando esse padrão de construção, os números que correspondem ao sétimo termo e ao décimo termo da sequência são, respectivamente,

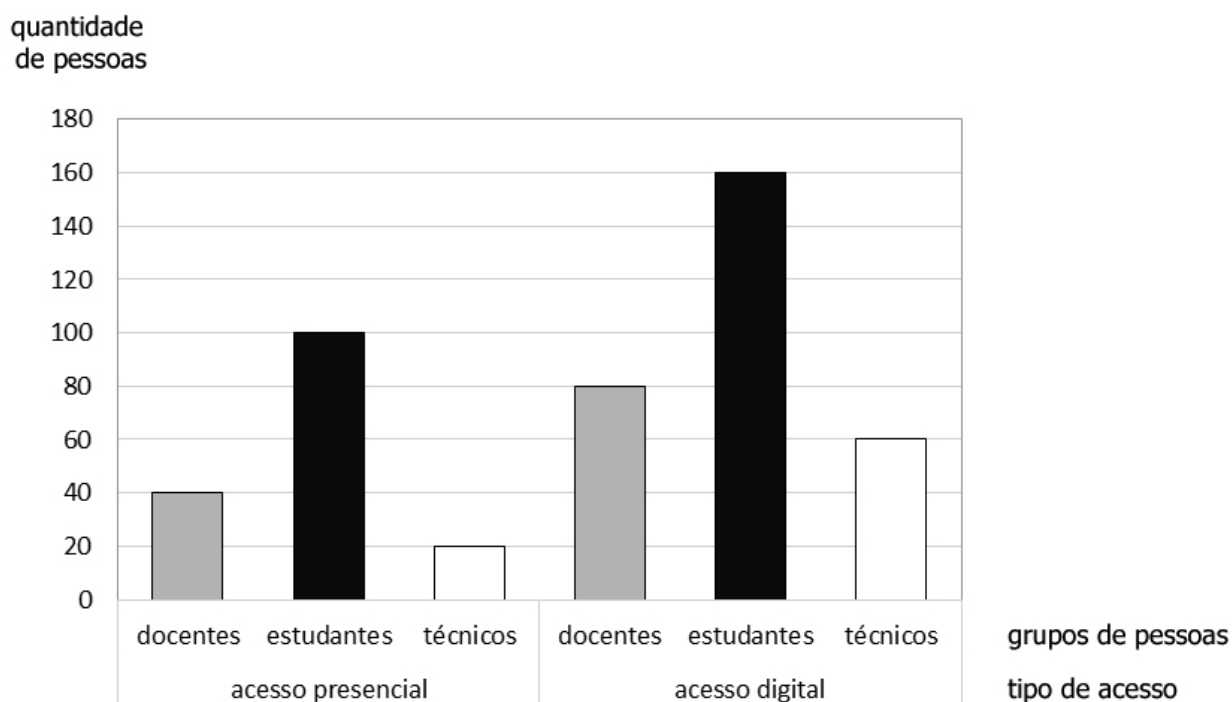
(A) 70 e 130.
(B) 70 e 154.
(C) 88 e 130.
(D) 88 e 154.
(E) 108 e 180.

- 09.** Em quatro caixas iguais e não transparentes foram colocadas bolas das cores vermelha, amarela e branca da seguinte maneira: uma caixa contém apenas bolas vermelhas; outra caixa contém apenas bolas amarelas; duas caixas contém apenas bolas brancas. Em seguida as caixas foram fechadas e etiquetadas com a indicação da cor das bolas contidas em cada caixa, sendo uma etiqueta vermelha, uma etiqueta amarela e duas etiquetas brancas. No entanto, ao colocar as etiquetas, todas foram colocadas erradas.

Para corrigir a identificação da cor das bolas contidas em cada caixa é suficiente abrir

- (A) a caixa com a etiqueta vermelha.
- (B) a caixa com a etiqueta amarela.
- (C) uma caixa com a etiqueta branca.
- (D) as duas caixas com a etiqueta branca.
- (E) uma caixa com a etiqueta branca e a caixa com a etiqueta amarela.

- 10.** O gráfico abaixo representa a distribuição do número de docentes, técnicos e estudantes que acessaram, em maio de 2026, a biblioteca de uma instituição.



Sabe-se que cada membro de cada grupo acessa a biblioteca apenas de uma das seguintes duas maneiras: acesso presencial e acesso digital. Com base nessas informações e nos dados do gráfico, considere as afirmações abaixo.

- I - Em relação ao total de estudantes que acessaram a biblioteca em maio de 2026, a porcentagem de estudantes que acessaram a biblioteca presencialmente é maior do que 40%.
- II - O número de docentes que acessaram presencialmente a biblioteca representa menos de 30% do total de docentes que acessaram a biblioteca em maio de 2026.
- III- O total de pessoas que compõem os três grupos, docentes, estudantes e técnicos, que acessaram a biblioteca em maio de 2026 é 460.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

- 11.** Considere a planilha reproduzida na figura abaixo, elaborada no LibreOffice Calc, versão 7.0 ou superior, com interface em português do Brasil e configurações padrão de idioma e de separador de argumentos (ponto e vírgula).

	A	B	C
1	27/09/2026	12	5
2	19	7	26
3	9,4	-4	10
4	6	17	1
5	3	16	9

Qual das fórmulas a seguir, se inserida em uma célula vazia, retorna o valor 19?

- (A) =PROCV(A2;A1:B5;2;0)
 (B) =CONCATENAR(A4;A5)
 (C) =B4+B1/A4
 (D) =SE(B4>B1;B4-B1;B1-B4)
 (E) =MÉDIA(B1:C2)

- 12.** Considere as afirmações abaixo sobre a autenticação em duas etapas (2FA).

- I - Ela combina, à senha (algo que o usuário sabe), um segundo fator de natureza distinta, de modo que a obtenção isolada da senha — por exemplo, em um vazamento de dados — não seja suficiente para o acesso indevido à conta.
- II - O código temporário (TOTP) gerado por um aplicativo autenticador instalado no celular do usuário caracteriza um fator do tipo "algo que o usuário possui", pois sua geração depende da posse do dispositivo e de uma chave secreta nele armazenada.
- III - Por depender da posse de um aparelho celular vinculado a um número de linha, o recebimento de código via SMS oferece o mesmo nível de segurança do aplicativo autenticador, uma vez que ambos os métodos se baseiam no mesmo tipo de fator.
- IV - Ainda que reduza substancialmente o risco de invasões por senhas vazadas ou reutilizadas, 2FA não elimina totalmente o risco de comprometimento da conta, podendo ser contornado por ataques de *phishing* em tempo real que capturam tanto a senha quanto o código válido no momento do login.
- V - Por adicionar uma camada extra de proteção, a ativação de 2FA torna dispensável o uso de senhas distintas para cada serviço, já que o segundo fator protege igualmente todas as contas do usuário.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I, II e IV.
 (B) Apenas I, III e V.
 (C) Apenas II, III e IV.
 (D) Apenas I, II, III e IV.
 (E) Apenas I, II, IV e V.

- 13.** Um servidor precisa enviar, por correio eletrônico, um comunicado a 42 participantes de um evento externo, sem que cada destinatário tome conhecimento dos endereços dos demais, em observância à proteção de dados pessoais.

Considere as afirmações abaixo sobre essa situação.

- I - Ao inserir os 42 endereços no campo Cco, cada destinatário recebe a mensagem sem visualizar os endereços dos demais participantes incluídos nesse campo.
- II - Caso os endereços fossem inseridos no campo Cc, ainda que não constassem do campo Para, todos os 42 participantes teriam acesso à lista completa de e-mails uns dos outros.
- III - Se um dos destinatários incluídos em Cco utilizar a opção "Responder a todos", sua resposta será automaticamente encaminhada aos demais 41 participantes, pois o cabeçalho original com todos os destinatários é reconstituído a partir dos metadados do servidor de envio.
- IV - Ainda que corretamente utilizado, o campo Cco não impede que o conteúdo do comunicado seja copiado e reencaminhado por qualquer destinatário a terceiros, de modo que a confidencialidade da lista de endereços não garante, por si só, o sigilo do teor da mensagem.
- V - Os endereços de e-mail inseridos no campo Cco (Com cópia oculta) recebem o e-mail criptografado, e não podem encaminhá-lo para outros destinatários.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, II e IV.
- (C) Apenas II, III e V.
- (D) Apenas I, II, IV e V.
- (E) I, II, III, IV e V.

- 14.** Sobre o contexto histórico da implantação da Educação Profissional no Brasil, é correto afirmar que

- (A) o Decreto nº 7.566, de 1909, criou Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais dos Estados, vinculadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, destinadas ao ensino profissional primário e gratuito, com o objetivo de formar operários e contra mestres.
- (B) as Escolas de Aprendizes Artífices ofereciam exclusivamente cursos de nível superior em Engenharia Industrial, em razão das crescentes demandas do processo de industrialização do País.
- (C) a implantação da educação profissional federal ocorreu apenas com a criação dos Institutos Federais, pela Lei nº 11.892/2008.
- (D) as Escolas de Aprendizes Artífices, desde sua criação em 1909, estavam vinculadas às universidades federais, responsáveis pela organização de suas atividades de ensino.
- (E) o Decreto nº 7.566/1909, que é um marco no contexto histórico da educação profissional, científica e tecnológica no Brasil, restringiu a oferta do ensino profissional às regiões Sul e Sudeste do País, em razão da maior concentração de atividades industriais.

- 15.** A trajetória histórica do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) está relacionada às transformações ocorridas na educação profissional federal no Brasil. Sobre sua constituição, é correto afirmar que

- (A) a Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, criada em 1909, foi transformada diretamente em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina pela Lei nº 11.892/2008, sem a criação de outras instituições federais intermediárias.
- (B) a Escola Técnica Federal de Santa Catarina passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina em 2002, após sua transformação em Cefet-SC.
- (C) o IFSC tem sua origem na Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, criada em 1909 pelo Presidente Nilo Peçanha, passando por diferentes denominações institucionais, como Escola Industrial, Escola Técnica Federal de Santa Catarina e Cefet-SC, até sua transformação em Instituto Federal pela Lei nº 11.892/2008.
- (D) a Escola Técnica Federal de Santa Catarina foi transformada em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina em 2006, por meio de decreto presidencial, antes da criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
- (E) o Cefet-SC foi criado em 1909 como denominação inicial da instituição, pelo então Presidente Nilo Peçanha, permanecendo com essa designação até a criação dos Institutos Federais pela Lei nº 11.892/2008.

16. Nos termos da Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia possuem natureza jurídica de autarquia e, para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, a avaliação e a supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, são equiparados às

- (A) escolas técnicas estaduais.
- (B) fundações públicas de direito privado.
- (C) secretarias estaduais de educação.
- (D) empresas públicas federais.
- (E) universidades federais.

17. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo, após cumprir o estágio probatório e ser aprovado nas condições legais de desempenho, adquirirá

- (A) efetividade e direito à licença-prêmio por assiduidade.
- (B) estabilidade no serviço público.
- (C) direito à aposentadoria compulsória antecipada.
- (D) vitaliciedade no cargo.
- (E) direito à remoção automática para qualquer unidade da Federação.

18. Nos termos da Lei nº 12.711/2012, atualizada pela Lei nº 14.723/2023, no preenchimento das vagas reservadas a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, 50% (cinquenta por cento) dessas vagas deverão ser reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda familiar bruta mensal per capita igual ou inferior a:

- (A) meio salário-mínimo per capita.
- (B) 1,5 (um salário-mínimo e meio) per capita.
- (C) 2 (dois) salários-mínimos per capita.
- (D) 1 (um) salário-mínimo per capita.
- (E) 3 (três) salários-mínimos per capita.

19. Segundo o § 1º do art. 2º da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, considerando os

- (A) impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação.
- (B) impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, exclusivamente os fatores médicos relacionados à mobilidade e à condição de saúde da pessoa, além da limitação no desempenho de atividades laborais.
- (C) fatores econômicos e sociais da pessoa avaliada, o histórico educacional e profissional como critérios determinantes e a existência de diagnóstico clínico da deficiência exclusivamente estabelecido por médico neurologista.
- (D) fatores econômicos e sociais da pessoa avaliada, a existência de laudo médico, o diagnóstico da deficiência e o grau de comprometimento funcional definido exclusivamente por profissional da área da saúde.
- (E) impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, os fatores econômicos e sociais da pessoa avaliada, as características pessoais do indivíduo, o tempo de tratamento realizado e os recursos terapêuticos utilizados no acompanhamento da condição de saúde.

20. A Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025, ampliou para 30% a reserva de vagas em concursos públicos federais para pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, revogando a Lei nº 12.990/2014. Segundo o art. 11 dessa Lei, a nova reserva

- (A) aplica-se retroativamente a todos os concursos em andamento, inclusive aos que já tiverem prova objetiva realizada.
- (B) depende de regulamentação por decreto para produzir qualquer efeito, não tendo vigência imediata nos concursos em andamento.
- (C) não se aplica aos concursos públicos e aos processos seletivos simplificados cujos editais de abertura tenham sido publicados antes de sua entrada em vigor, que permanecem regidos pela Lei nº 12.990/2014.
- (D) aplica-se exclusivamente aos concursos das empresas públicas e sociedades de economia mista, excluindo a administração direta e as autarquias federais.
- (E) determina que a participação de pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas optantes pela reserva de vagas em todas as etapas do certame ocorrerá mediante classificação exclusiva entre os candidatos que concorrem às vagas reservadas, independentemente da classificação na ampla concorrência, nos termos de regulamento.

21. Na reforma de um bloco didático do IFSC, a rede de precedências pelo método CPM apresenta: A(4) e B(5) iniciam simultaneamente; C(6) depende de A; D(3) depende de A e B; E(7) depende de C e D; F(2) depende de B (durações em dias). Considerando o método do caminho crítico, a folga total da atividade B e a duração total da obra são, respectivamente,

- (A) 0 dias e 17 dias.
- (B) 2 dias e 17 dias.
- (C) 2 dias e 15 dias.
- (D) 10 dias e 17 dias.
- (E) 5 dias e 17 dias.

22. Em empreitada por preço unitário, o contrato prevê o item "concreto estrutural" com 1.000 m³. Durante a execução, a contratada executa 1.280 m³, alegando perdas no bombeamento e alterações de projeto. A fiscalização constata que: (i) a composição do preço unitário já contempla perdas de transporte e bombeamento; (ii) o acréscimo decorre de alteração de projeto autorizada (150 m³) e de perdas não comprovadas (130 m³). Considerando o art. 125 da Lei nº 14.133/2021 (limite de 25% de acréscimo) e o princípio da medição do efetivamente executado, a conduta tecnicamente adequada é

- (A) atestar 1.280 m³, pois o volume executado deve ser integralmente pago.
- (B) atestar 1.150 m³, rejeitando as perdas não comprovadas, e formalizar aditivo para o acréscimo de 150 m³, dentro do limite de 25% do art. 125.
- (C) atestar 1.000 m³, por ser a quantidade contratada, indeferindo qualquer acréscimo.
- (D) atestar 1.250 m³, aplicando o limite de 25% sobre a quantidade contratada.
- (E) suspender a medição até a contratada comprovar todas as perdas por diário de obra.

23. Durante a execução da obra, a contratada pleiteia prorrogação de 15 dias por chuvas intensas. A fiscalização apura que: (i) o período de chuvas excepcionais documentado foi de 15 dias; (ii) as atividades afetadas possuem folga total de 7 dias, e o atraso real no caminho crítico foi de 8 dias; (iii) a contratada não apresentou novo cronograma físico-financeiro. Considerando o art. 137 da Lei nº 14.133/2021 e o princípio do nexa causal, a conduta tecnicamente adequada é

- (A) deferir integralmente os 15 dias, pois o período de chuvas excepcionais documentado autoriza a dilação plena.
- (B) deferir 8 dias, correspondentes ao impacto efetivo sobre o caminho crítico, condicionando a prorrogação à apresentação do novo cronograma físico-financeiro.
- (C) indeferir o pedido, pois o regime de chuvas é risco ordinário da construção.
- (D) deferir 7 dias, correspondentes à folga total das atividades afetadas.
- (E) deferir 15 dias, sem exigir novo cronograma, por se tratar de mera formalidade.

24. Considere o seguinte trecho do art. 59, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

"A Administração poderá exigir dos licitantes a demonstração da exequibilidade das propostas, presumindo-se inexequíveis as propostas com valor inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, podendo o licitante comprovar que os custos são compatíveis com os preços de mercado."

Com base no dispositivo citado, é correto afirmar que

- (A) a proposta com valor inferior a 75% do valor orçado pela Administração é desclassificada automaticamente, por se presumir inexequível, sem que o licitante possa comprovar a compatibilidade de seus custos com o mercado.
- (B) o percentual de 75% incide sobre o valor da proposta vencedora.
- (C) a presunção de inexequibilidade admite prova em contrário.
- (D) a Administração está impedida de exigir comprovação.
- (E) a inexequibilidade é aferida sobre os preços unitários.

25. No certame licitatório realizado pelo IFSC para a contratação da obra de ampliação do bloco de multimídias, após o julgamento das propostas, a proposta vencedora apresenta duas divergências: (i) entre o preço unitário e o total de um mesmo item da planilha; e (ii) entre a soma dos totais dos itens e o valor global ofertado. Considerando as regras de saneamento de propostas previstas na Lei nº 14.133/2021 e no decreto que a regulamenta, a conduta tecnicamente adequada da Administração é

- (A) prevalecer o total do item, corrigindo-se o preço unitário para compatibilizá-lo ao valor total apresentado.
- (B) prevalecer o preço unitário, corrigindo-se o total do item e, na divergência com o valor global, prevalecer o valor global ofertado, vedada a majoração.
- (C) prevalecer o menor valor entre o preço unitário e o total do item, por ser mais favorável à Administração.
- (D) prevalecer o preço unitário, corrigindo-se o total do item e, na divergência com o valor global, prevalecer a soma dos itens, vedada a majoração.
- (E) prevalecer o preço unitário, corrigindo-se o total do item e, na divergência com o valor global, prevalecer o valor global, admitida a majoração.

26. Na elaboração do orçamento de referência de uma obra pública do IFSC, o corpo técnico adotou o SINAPI como sistema de referência. Para um serviço, o custo unitário de referência (sem BDI) é de R\$ 85,00/m², e o BDI adotado para o empreendimento é de 22,5%. Considerando o Decreto nº 11.462/2023 e as diretrizes do Acórdão TCU nº 2.622/2013, o preço unitário de referência do serviço, com BDI, é

- (A) R\$ 107,50/m² (soma direta de 85 + 22,5).
- (B) R\$ 104,13/m² (85 × 1,225).
- (C) R\$ 103,70/m² (85 × 1,22).
- (D) R\$ 104,38/m².
- (E) R\$ 102,00/m².

27. Durante a execução de uma obra, a contratada alega atraso de 12 dias por interferências não previstas em projeto, pleiteando aditivo de prazo. A fiscalização apura que: (i) as interferências afetaram apenas atividades com folga total de 8 dias; (ii) o atraso documentado no diário de obras foi de 12 dias corridos. Considerando o art. 137 da Lei nº 14.133/2021 e o impacto no caminho crítico, a conclusão tecnicamente adequada é

- (A) indeferir o pleito, pois interferências não previstas configuram risco ordinário da contratada.
- (B) conceder prorrogação de 12 dias, correspondente ao atraso total documentado.
- (C) conceder prorrogação de 4 dias, correspondente ao impacto efetivo sobre o caminho crítico, descontada a folga das atividades afetadas.
- (D) conceder prorrogação de 8 dias, correspondente à folga total das atividades afetadas.
- (E) indeferir o pleito, pois a contratada deve absorver qualquer atraso decorrente de interferências.

28. Oito meses após a entrega de uma edificação, surgem fissuras em vigas e lajes de concreto armado. Na vistoria, observam-se fissuras predominantemente verticais no meio do vão das vigas, com abertura entre 0,3 mm e 0,5 mm, e manchas de corrosão em armaduras expostas. Considerando a NBR 6118 (Projeto de estruturas de concreto) e a NBR 15575 (Desempenho), a interpretação técnica mais adequada é a de que

- (A) as fissuras são de retração e não comprometem a estrutura, sendo apenas estéticas.
- (B) as fissuras de flexão com abertura acima do limite da NBR 6118, associadas à corrosão da armadura, indicam provável inadequação do cobrimento e/ou do dimensionamento, exigindo investigação complementar.
- (C) as fissuras decorrem de recalque de fundação e exigem imediata demolição da estrutura.
- (D) as fissuras são normais em concreto armado e não requerem intervenção.
- (E) a corrosão da armadura é consequência inevitável da carbonatação e não requer ação corretiva.

29. O IFSC recebeu, por doação, um terreno destinado à futura ampliação de um de seus câmpus. Para incorporar o imóvel ao patrimônio, o corpo técnico precisa avaliar o valor de mercado do terreno. Há disponíveis dados de transações e ofertas de imóveis semelhantes na região, com características comparáveis. Considerando a NBR 14653-1 (Avaliação de bens), o método tecnicamente adequado para a avaliação é o

- (A) método evolutivo, por somar o valor do terreno ao custo de reprodução das benfeitorias, aplicando fator de comercialização.
- (B) método da renda, por capitalizar a renda líquida futura potencial do terreno, considerando seu aproveitamento econômico.
- (C) método involutivo, por estimar o valor do terreno a partir do aproveitamento eficiente e da viabilidade técnico-econômica de um empreendimento.
- (D) método comparativo direto de dados de mercado, com tratamento e homogeneização dos dados de imóveis semelhantes.
- (E) método do custo de reprodução, por apurar o custo de reprodução das benfeitorias existentes no terreno.

30. O IFSC recebeu, por doação, um terreno com edificação destinado à implantação de um novo câmpus, a ser incorporado ao patrimônio da União. Para subsidiar a incorporação, o corpo técnico precisa avaliar o imóvel. Os dados de mercado disponíveis são heterogêneos quanto a área, padrão construtivo e localização. Considerando a NBR 14653, a IN SPU/MGI nº 98/2025 e o Manual de Avaliação de Imóveis 2024, a conduta tecnicamente adequada é

- (A) adotar a média aritmética simples dos dados coletados, por ser o procedimento mais objetivo e de fácil reprodução na amostra disponível.
- (B) excluir os dados discrepantes da amostra, por comprometerem a confiabilidade da avaliação, dispensando-se a justificativa técnica individualizada.
- (C) utilizar o maior valor da amostra como referência, por atender ao interesse da União na incorporação do imóvel ao patrimônio.
- (D) homogeneizar os dados por fatores de ajuste e aplicar o tratamento estatístico previsto na NBR 14653, informando os graus de fundamentação e de precisão alcançados.
- (E) indicar o valor com grau de fundamentação, dispensando-se a apresentação do grau de precisão, por ser suficiente para a incorporação ao patrimônio.

31. Uma viga em balanço de concreto armado está engastada em uma de suas extremidades e livre na outra. Sobre a viga atuam, simultaneamente, uma carga concentrada aplicada no meio do vão e uma carga uniformemente distribuída ao longo de todo o comprimento do vão. Para o dimensionamento do elemento, o engenheiro precisa conhecer a distribuição do momento fletor ao longo da viga. Considerando a NBR 6118 e a teoria das estruturas, o diagrama de momento fletor dessa viga é

- (A) parabólico, com valor máximo no meio do vão e nulo no engaste e na extremidade livre.
- (B) linear, com valor máximo no engaste e nulo na extremidade livre.
- (C) parabólico, com valor máximo no ponto de aplicação da carga concentrada e nulo na extremidade livre.
- (D) parabólico, com valor máximo no engaste e nulo na extremidade livre.
- (E) linear, com valor máximo no engaste e nulo no meio do vão.

32. Poucos meses após a entrega da reforma, surgem manchas de umidade e mofo em parede interna junto a um banheiro. A vistoria identifica falha na impermeabilização da área molhada. A obra está dentro do prazo de garantia. Considerando a NBR 9575 (impermeabilização), a NBR 15575 (desempenho) e o art. 618 do Código Civil, a conduta tecnicamente adequada é

- (A) notificar o fornecedor da impermeabilização, exigindo a correção com fundamento exclusivo na garantia quinquenal de solidez e segurança do art. 618 do Código Civil.
- (B) notificar formalmente o executor da obra, exigindo a identificação das causas e o plano de correção, submetê-lo à aprovação do corpo técnico e registrar em laudo com ART, sem prejuízo das garantias contratuais e legais.
- (C) executar a correção com equipe própria e, após a conclusão, notificar o fornecedor para ressarcimento.
- (D) notificar o fornecedor da impermeabilização somente após o IFSC comprovar que o vício decorre de falha de execução atribuível a ele.
- (E) considerar o problema encerrado, pois a umidade e o mofo configuram vício aparente, cuja responsabilidade se extingue com o recebimento da obra.

33. Em um incêndio em laboratório, uma laje de concreto armado apresentou deslocamento do cobrimento e exposição da armadura. Na avaliação pericial, estima-se que a temperatura atingida na superfície do concreto foi de aproximadamente 600°C. Considerando a NBR 15200 (Projeto de estruturas de concreto em situação de incêndio) e os procedimentos de avaliação de estruturas pós-incêndio, a conduta tecnicamente adequada é

- (A) liberar a estrutura após limpeza superficial, pois o concreto não perde resistência até 600°C.
- (B) demolir integralmente a laje, por segurança, sem avaliação técnica.
- (C) estimar a perda de resistência do concreto e da armadura em função da temperatura conforme a NBR 15200, realizar ensaios complementares (esclerometria, extração de testemunhos) e definir recuperação ou reforço, com laudo e ART.
- (D) recuperar o cobrimento com argamassa de reparo, sem avaliar a armadura exposta.
- (E) atribuir a responsabilidade ao usuário e encerrar a apuração, sem vistoria estrutural.

34. Oito meses após a entrega da obra de reforma de um bloco didático do IFSC, foram identificadas fissuras estruturais e descolamento de revestimento em áreas de uso comum, sem risco iminente à segurança de pessoas. A obra está dentro do prazo de garantia previsto na NBR 15575 e no contrato, e o corpo técnico do IFSC é acionado para conduzir o caso, preservando os interesses da Administração. Considerando a NBR 15575 (desempenho) e as regras de garantia e responsabilidade aplicáveis às obras públicas, a conduta tecnicamente adequada é

- (A) notificar a construtora e, decorrido o prazo sem resposta, contratar a correção mediante dispensa de licitação por emergência, sem aguardar manifestação.
- (B) realizar vistoria técnica com laudo próprio, identificando as causas dos vícios, e notificar a construtora somente após a conclusão do diagnóstico, por caber à Administração comprovar a responsabilidade antes de acionar a garantia.
- (C) notificar formalmente a construtora dentro do prazo de garantia, exigir a identificação das causas e a apresentação de plano de correção, submetê-lo à aprovação do corpo técnico do IFSC e registrar as providências em laudo técnico com ART, sem prejuízo das garantias contratuais e legais.
- (D) notificar formalmente a construtora e condicionar a correção à apresentação prévia de laudo elaborado por assistente técnico da construtora, por ser a parte responsável pela execução da obra.
- (E) notificar a construtora apenas para os vícios com risco iminente à segurança, por serem os únicos abrangidos pela garantia.

35. O câmpus do IFSC, com cerca de 800 usuários, utiliza fossa séptica para o tratamento do esgoto sanitário e lança o efluente em corpo hídrico. O corpo técnico é acionado para avaliar a adequação do sistema e a regularidade ambiental da operação. Considerando a NBR 7229 (Fossa séptica), a NBR 13969 (Tratamento complementar) e a legislação ambiental aplicável, a conduta tecnicamente adequada é

- (A) manter o sistema atual, pois a fossa séptica é solução definitiva de tratamento para qualquer vazão, desde que a manutenção seja periódica.
- (B) manter o sistema atual e intensificar a manutenção periódica, por ser suficiente para atender à legislação independentemente da vazão.
- (C) transferir a responsabilidade pelo tratamento ao município, por ser o titular dos serviços de saneamento básico na localidade.
- (D) considerar que a instituição federal está dispensada do licenciamento ambiental, por se tratar de órgão público de ensino.
- (E) avaliar se o sistema é compatível com a vazão e a carga de usuários, verificar a necessidade de tratamento complementar e de outorga para o lançamento em corpo hídrico, e implementar o monitoramento do efluente.

36. Em um trecho de rede de drenagem pluvial, o projeto prevê um poço de visita (PV) entre dois trechos de tubulação com mudança de declividade e de direção. Considerando as normas de drenagem urbana e o dimensionamento hidráulico-sanitário, a principal função do PV nesse trecho é

- (A) aumentar a velocidade do escoamento pela redução da seção da tubulação, evitando a deposição de sedimentos.
- (B) permitir a inspeção, a manutenção e a mudança de direção ou de declividade da tubulação, possibilitando a limpeza dos trechos.
- (C) acumular temporariamente a água pluvial para infiltração gradual no solo.
- (D) filtrar sólidos e detritos antes do lançamento no emissário, atuando como controle de poluição difusa.
- (E) funcionar como reservatório de amortecimento das cheias na rede de drenagem.

37. Em um pavimento flexível dimensionado pelo método do DNIT, o tráfego de projeto (N) é de 5×10^6 repetições de eixo-padrão e a base será executada com material granular. Considerando o Manual de Pavimentação do DNIT, sobre a função estrutural da camada de base e o parâmetro que condiciona sua espessura, assinale a afirmação correta.

- (A) A base impermeabiliza o pavimento, e sua espessura é fixa, independentemente do tráfego.
- (B) A base resiste aos esforços verticais e os distribui às camadas inferiores, sendo sua espessura condicionada pelo número N e pelo CBR do material e do subleito.
- (C) A base apenas regulariza a superfície do subleito, sem função estrutural.
- (D) A base drena a água infiltrada, e sua espessura é definida pela altura do lençol freático.
- (E) A base absorve os impactos do tráfego, e sua espessura é definida pela velocidade de projeto.

38. Na execução de um aterro, o ensaio Proctor definiu massa específica seca máxima de $1,80 \text{ g/cm}^3$ e umidade ótima de 12%. Em campo, o ensaio de uma camada indicou massa específica seca de $1,71 \text{ g/cm}^3$. Considerando que a especificação exige grau de compactação (GC) $\geq 95\%$, o resultado do controle é

- (A) aprovado, pois o GC de 95% atende à especificação mínima.
- (B) reprovado, pois o GC de 95% é inferior ao mínimo exigido de 98%.
- (C) reprovado, pois o GC de 90% é inferior ao mínimo exigido.
- (D) aprovado, pois o GC de 98% supera a especificação.
- (E) indeterminado, pois seria necessário conhecer o CBR do material.

39. Antes da licitação da obra de construção de um novo bloco didático do IFSC, o corpo técnico identifica interferências entre o projeto arquitetônico e os projetos complementares (estrutural, elétrico e hidrossanitário). Considerando o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, a conduta tecnicamente adequada é

- (A) publicar o edital e resolver as interferências durante a execução por meio de aditivos, por ser a prática que agiliza o início da obra.
- (B) promover a compatibilização durante a execução, por meio de projetos executivos complementares, sem revisar o projeto básico.
- (C) exigir que a construtora vencedora promova a compatibilização após a contratação, por ser a parte responsável pela execução.
- (D) promover a compatibilização dos projetos, com revisões consolidadas e validadas, antes da publicação do edital.
- (E) adotar o projeto arquitetônico como referência única, por definir o partido e as dimensões que orientam os demais projetos.

40. Em uma obra pública, o projeto estrutural foi elaborado por engenheiro contratado e a execução será fiscalizada por servidor do IFSC. Considerando a Lei nº 5.194/1966 e a Resolução CONFEA nº 1.025/2009, quanto ao registro da responsabilidade técnica, é correto afirmar que

- (A) a ART é dispensada para a execução, pois a fiscalização por servidor público substitui a responsabilidade técnica.
- (B) são necessárias ARTs distintas para o projeto e para a execução, registradas pelos respectivos responsáveis técnicos.
- (C) uma única ART consolidada, registrada pelo autor do projeto, abrange a execução fiscalizada pela Administração.
- (D) a ART é exigida apenas para a execução, por ser a fase de maior risco.
- (E) a ART pode ser substituída por declaração de responsabilidade do gestor do órgão.

41. O IFSC pretende adquirir uma área para a implantação de um novo câmpus. Antes da aquisição, o corpo técnico é acionado para avaliar a adequação do terreno. Considerando o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) e o plano diretor municipal, a conduta tecnicamente adequada é

- (A) considerar o preço do terreno como critério determinante, por ser o fator que define a viabilidade da aquisição.
- (B) implantar o projeto e regularizar o uso do solo posteriormente, por ser a prática que agiliza a instalação do câmpus.
- (C) verificar a conformidade do uso do solo com o plano diretor e a legislação urbanística municipal, além das restrições ambientais e da infraestrutura disponível.
- (D) verificar apenas a conformidade com o plano diretor, por ser o instrumento que define integralmente o uso do solo.
- (E) considerar a área adequada se o uso pretendido for permitido pelo zoneamento, dispensando a verificação da infraestrutura disponível.

42. No projeto de urbanização de uma área externa do câmpus do IFSC, o corpo técnico precisa garantir a acessibilidade universal. Considerando a NBR 9050 e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), a conduta tecnicamente adequada é

- (A) prever rampas apenas nas entradas principais dos edifícios, por serem os pontos de maior fluxo de usuários.
- (B) rebaixar as guias apenas onde houver vagas de estacionamento demarcadas, por ser o local de travessia mais frequente.
- (C) projetar rotas acessíveis contínuas, com pisos adequados, rampas com inclinação e patamares conforme a NBR 9050, travessias seguras e sinalização.
- (D) instalar piso tátil apenas nos acessos internos dos edifícios, por ser suficiente para orientar pessoas com deficiência visual.
- (E) prever rampas e rebaixamentos apenas nos pontos de maior fluxo, por atender à maioria dos usuários.

43. Na urbanização de uma área externa, o projeto prevê uma rampa de acesso com desnível de 1,20 m e um pátio com declividade para drenagem superficial. Considerando a NBR 9050 (Acessibilidade) e as boas práticas de drenagem, para atender simultaneamente à acessibilidade e à drenagem, o projeto deve adotar

- (A) rampa com inclinação de 12% sem patamares e piso com declividade transversal de 5%.
- (B) rampa com inclinação de 8,33% (1:12) com patamares de descanso a cada 0,80 m de desnível e piso com declividade transversal de até 2%.
- (C) rampa com inclinação de 6% e piso com declividade transversal nula.
- (D) rampa com inclinação de 15% e piso com declividade transversal de 3%.
- (E) rampa com inclinação de 10% sem patamares e piso com declividade transversal de 1%.

44. Para ampliar o estacionamento do câmpus do IFSC, o projeto prevê a supressão de árvores nativas. O corpo técnico é acionado para conduzir o licenciamento. Considerando a Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal) e a competência do órgão ambiental, a conduta tecnicamente adequada é

- (A) suprimir as árvores e plantar mudas compensatórias posteriormente, por ser a prática que agiliza a obra.
- (B) obter autorização do órgão ambiental apenas para a supressão de espécies ameaçadas, por serem as únicas protegidas pelo Código Florestal.
- (C) considerar que a supressão em área urbana depende apenas de licença urbanística municipal, sem autorização do órgão ambiental.
- (D) verificar a necessidade de autorização do órgão ambiental competente, caracterizar a vegetação e prever a compensação ambiental.
- (E) transplantar as árvores por iniciativa própria, por ser a medida que preserva a vegetação sem necessidade de autorização.

45. Um sistema de bombeamento de água apresenta falhas recorrentes. Dados: manutenção corretiva atual custa R\$ 4.500/mês; a implantação de manutenção preventiva custa R\$ 2.800/mês; a substituição do sistema custa R\$ 90.000, com vida útil de 15 anos e manutenção preventiva de R\$ 1.200/mês. Considerando a NBR 5674 e a análise de custo-benefício, a decisão tecnicamente mais adequada é

- (A) manter a manutenção corretiva, por ser a opção de menor custo imediato.
- (B) implantar a manutenção preventiva, por reduzir as falhas em relação à corretiva.
- (C) substituir o sistema, por apresentar o menor custo anualizado ($R\$ 500/\text{mês} + R\$ 1.200/\text{mês} = R\$ 1.700/\text{mês}$), considerando também o risco e a adequação do equipamento.
- (D) substituir o sistema, por eliminar definitivamente as falhas, independentemente do custo.
- (E) implantar a manutenção preventiva apenas nas falhas de maior risco, sem análise econômica.

46. O sistema de climatização de um bloco do IFSC apresenta falhas recorrentes, com chamados quase mensais de manutenção corretiva. O corpo técnico, responsável pela gestão de manutenção predial da edificação, precisa resolver o problema de forma definitiva e economicamente justificável. Considerando a NBR 5674 (manutenção de edificações) e os princípios de gestão de ativos, a conduta tecnicamente adequada é

- (A) continuar com os reparos corretivos, por serem a forma mais econômica de manter o sistema em operação no curto prazo.
- (B) substituir integralmente o sistema de climatização, por ser a medida que elimina definitivamente a recorrência das falhas.
- (C) reduzir o horário de funcionamento do sistema, por diminuir o desgaste e a frequência das falhas.
- (D) atribuir as falhas à rede elétrica, por ser a causa mais comum de problemas em sistemas de climatização.
- (E) investigar a causa-raiz das falhas, avaliar o custo-benefício entre intensificar a manutenção preventiva e substituir os equipamentos, e registrar a decisão em plano de manutenção.

47. A obra de ampliação de um bloco de laboratórios do IFSC envolve movimentação de solo e supressão de vegetação. O corpo técnico é acionado para conduzir a regularização ambiental. Considerando a Resolução CONAMA nº 237/1997 e a Lei Complementar nº 140/2011, a conduta tecnicamente adequada é

- (A) considerar que obras em instituições federais são dispensadas de licenciamento, por se tratar de órgão público de ensino.
- (B) considerar que a obra se enquadra como atividade de baixo impacto, dispensando o licenciamento por se tratar de ampliação de instituição de ensino.
- (C) solicitar o licenciamento ao órgão estadual em todos os casos, por ser o ente com competência exclusiva para o licenciamento ambiental.
- (D) obter a licença de instalação após a conclusão da obra, por ser a ordem que agiliza a execução.
- (E) verificar se o empreendimento exige licenciamento, considerando a tipologia, o porte e a localização, e consultar o órgão ambiental competente antes do início da obra.

48. A Resolução CONAMA nº 307/2002 estabelece que os resíduos da construção civil devem ser classificados em classes A, B, C e D, e que os da classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados) devem ser destinados a aterros de resíduos da construção civil ou à reciclagem. Considerando o texto da norma, a gestão correta dos resíduos é

- (A) dispor todos os resíduos em conjunto em aterro sanitário, por ser a destinação mais simples e segura.
- (B) dispor todos os resíduos em aterro sanitário, por ser a destinação mais simples e segura para todas as classes.
- (C) triar os resíduos conforme sua classe e destinar cada um conforme sua classificação.
- (D) entregar os resíduos a catadores sem controle de destinação, por ser a prática que promove a reciclagem.
- (E) aterrar os resíduos no próprio terreno da obra, por ser a forma de destinação mais econômica.

49. Para decidir entre reformar uma edificação (custo R\$ 4,5 milhões, vida útil remanescente 15 anos, manutenção anual R\$ 150 mil) ou construir novo bloco (custo R\$ 8,0 milhões, vida útil 50 anos, manutenção anual R\$ 80 mil), o corpo técnico elabora análise de custo-benefício. Considerando a depreciação linear e desconsiderando o valor residual, o custo anualizado (custo inicial/vida útil + manutenção) de cada alternativa é

- (A) reforma: R\$ 450 mil/ano; obra nova: R\$ 240 mil/ano – a obra nova é mais vantajosa economicamente, mas a decisão deve considerar adequação funcional, prazos e riscos.
- (B) reforma: R\$ 300 mil/ano; obra nova: R\$ 160 mil/ano – a reforma é mais vantajosa.
- (C) reforma: R\$ 450 mil/ano; obra nova: R\$ 240 mil/ano – a reforma é mais vantajosa por ter menor custo inicial.
- (D) reforma: R\$ 150 mil/ano; obra nova: R\$ 80 mil/ano – a obra nova é mais vantajosa.
- (E) reforma: R\$ 4,5 milhões; obra nova: R\$ 8,0 milhões – a reforma é mais vantajosa por ter menor custo total.

50. Para padronizar as rotinas de fiscalização e medição, o setor de obras do IFSC pretende implantar procedimentos operacionais. Considerando os princípios de gestão da qualidade e a necessidade de rastreabilidade das decisões técnicas, a prática que melhor atende ao objetivo é

- (A) manter os procedimentos na memória dos técnicos experientes.
- (B) padronizar apenas os modelos de e-mails e ofícios.
- (C) centralizar as decisões técnicas na chefia.
- (D) elaborar e publicar procedimentos operacionais padronizados e modelos de documentos, com capacitação da equipe, revisão periódica e registro das decisões para rastreabilidade.
- (E) adotar procedimentos distintos a cada fiscalização, adaptados às particularidades de cada obra.